



PERSONALIZANDO GÊNERO – TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORAS DO CAMPO E DA CIDADE

Juliana Dourado Bueno¹
Maria Aparecida de Moraes Silva²

Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra (Michelle Perrot, 1988, p. 212).

O trabalho aqui apresentado tem o intuito de apontar alguns caminhos percorridos por mulheres trabalhadoras, caminhos estes que passam por movimentos de persistências e resistências aos modos de percepção e ação tipicamente atribuídos às mulheres e aos homens. Ao apresentar essas trajetórias, pretendemos fornecer uma dimensão de personalização ao debate sobre as relações de gênero, na medida em que aquelas permitem apresentar um diálogo entre os aspectos subjetivos e objetivos envolvidos no contexto social analisado.

O universo empírico a que nos referimos³ é o trabalho de mulheres num abatedouro de frangos localizado em São Carlos/SP. Ao visualizar o trabalho das mulheres para além das tarefas executadas cotidianamente no interior do abatedouro, conseguimos trazer ao contexto de análise os elementos da trajetória não revelados num olhar imediato dos fatos.

O que possibilitou a realização do levantamento de aspectos de persistência e resistência à dominação exercida pelos homens sobre as mulheres foi o uso da metodologia da história oral, que se mostrou bastante relevante por permitir que os dizeres e as práticas femininas que se apresentam nos relatos, em momentos de entrevistas, conversas e observação ao campo empírico revelem uma outra história que nem sempre é apresentada pela “História Oficial”. Ao descrever atividades humanas até então consideradas sem valor, dá-se visibilidade aos grupos cuja história foi apagada ou esquecida (SCOTT, 1999, p. 24). Essa visibilidade é ainda mais relevante por se tratar de mulheres trabalhadoras, algumas das quais migrantes e negras, que frequentemente têm suas identidades apresentadas de forma estigmatizante.

O contexto social – tempo e espaço que se cruzam nas trajetórias

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/SP.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/SP.

³ Os resultados aqui apresentados fazem parte da pesquisa de Mestrado de Juliana Dourado Bueno, desenvolvida com o financiamento da FAPESP.



O espaço e o tempo da cidade e do campo se cruzam nas trajetórias das mulheres trabalhadoras empregadas no abatedouro de frangos. A maioria das mulheres que ali exercem atividade reside em bairros periféricos do município de Ibaté/SP, a 15 km do município de São Carlos/SP, onde está localizada a agroindústria de frangos. Em comum, elas têm o início de suas trajetórias marcadas pela vida no campo: viviam com suas famílias nas antigas colônias de café no interior do Estado de São Paulo ou residiam em sítios e roçados em alguns Estados do Nordeste.

Num segundo momento, as trajetórias se cruzam quando as mulheres realizam o movimento migratório, instalando-se sozinhas ou com os familiares nos bairros periféricos na área urbana do município de Ibaté. A partir daí, muitas procuram trabalhos como assalariadas rurais, no corte de cana de açúcar ou colheita da laranja. Ou seja, transitam diariamente entre os espaços do campo e da cidade.

O terceiro “encontro” das mulheres se dá no espaço do abatedouro. Muitas procuram o trabalho nessa agroindústria nos períodos das entressafas da cana e laranja. Ao tornarem-se operárias do abatedouro passam a trabalhar no chão da fábrica, numa linha de produção, portanto, já não mais submetidas às intempéries que prevaleciam nos eitos dos canaviais e laranjais (temperatura elevada ou tempestades).

Diante desse cenário, cabe agora apresentar alguns dos aspectos objetivos e subjetivos que envolvem as práticas cotidianas femininas que perpassam a trajetória laboral de idas e vindas no espaço do campo e da cidade: a socialização das mulheres para se responsabilizarem pelos afazeres domésticos e cuidados com crianças e idosos, a subordinação aos homens – pais, namorados, maridos; a dupla jornada de trabalho feminina; as alterações nos modos de vida, e as práticas de resistência nos ambientes de trabalho e na esfera doméstica.

Tais elementos precisam ser pensados a partir de uma perspectiva das relações de gênero. A perspectiva de gênero aqui adotada é aquela segundo a qual o gênero é entendido e utilizado para mostrar as relações sociais entre os sexos, indicando as “construções sociais” sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. O termo refere-se às origens sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1990). Neste ponto-de-vista destaca-se o fator *social* (SAFFIOTI, 2004) que envolve as relações entre homens e mulheres (e também de cada grupo entre si) para afastar o essencialismo biológico que coloca como naturais as características de homens e mulheres.

Vale lembrar, no entanto, que o gênero não pode se desvincular de outras categorias sociais (DOMINGUEZ & OQUENDO, 2002), já que os homens e as mulheres não formam um grupo



homogêneo: as mulheres trabalhadoras estão ligadas a uma raça/etnia, são provenientes de certas regiões, apresentam modos de vida que lhe são peculiares. Não devem ser desconsideradas, portanto, as especificidades de cada grupo, antes de tudo, as observações aqui apresentadas se dão no sentido de apresentar momentos das histórias de vida que demonstram também uma recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, numa tentativa de se aproximar da proposta de Scott (1990), qual seja: a de reverter ou deslocar os funcionamentos da referida construção hierárquica.

Nas narrativas apresentadas pelas mulheres, o casamento e a separação se apresentaram como estratégias para sair da condição de dominação da autoridade exercida pelos pais ou pelo marido. Numa delas, o movimento migratório aparece como estratégia para separar do marido e sair da situação de violência doméstica. Em outro caso, foi a união do casamento que serviu como uma verdadeira “fuga” à dominação exercida pelos pais. Uma entrevistada, D. Cida, conta que fugiu com o namorado, pois essa era a única forma encontrada por ela para obter a autorização dos pais e sair à noite. Mas depois, durante a entrevista, diz que os pais agiram corretamente em não autorizar sua saída sendo uma mulher jovem, pois, de acordo com ela, as mães devem segurar as meninas em casa até que estejam casadas.

Cida: O pouco que eu saía quando eu era adolescente, eu ia na praça, mas eu logo casei.

Juliana: É?

Cida: (risos) Quando eu fugi eu estava com 14 para 15 anos.

Juliana: Fugiu?

Cida: Quando eu casei, quando eu fugi eu estava com 14 anos, com o pai dos meus meninos. Só que depois eu larguei.

Juliana: Você fugiu com ele? Para onde vocês foram?

Cida: Nós fugimos, assim, falo o modo de “fugir” assim... que nós trabalhava junto na roça, trabalhava até na Usina Maringá, cortando cana. Aí... eu conheci ele quando eu... minha mãe não deixava, minha mãe era assim, não deixava nós sair de casa. Aí eu saí de casa e fui morar na casa da mãe dele, fui lá para a casa da mãe dele.

Em outro momento da entrevista, as marcas das representações de gênero aparecem:

Juliana – E se for pensar no que seu pai e sua mãe fizeram para você, o que você acha que eles acertaram? E se eles erraram, no que você acha que eles erraram?

Cida – Ah, eu acho que eles não fizeram errado porque... Que nem eu falei que eu fugi nova foi porque ela me segurou dentro de casa, mas se for ver, é o certo. E as mães, não é para deixar as filhas mulheres, assim, soltas. E ela fez o certo, só que a gente não obedece. Mas eu acho que criaram certo (*Entrevista com Cida, realizada no dia 20 de junho de 2009 em Ibaté/SP*).

Cida mostra em seu relato a função que cabe às mães, envolvendo o ato de cuidar e zelar para que as filhas não fiquem “soltas”. Novamente se apresenta o diferencial em relação aos homens, que não recebem a mesma pressão para não sair de casa.



Silva (2004) nos ajuda a pensar as persistências cotidianas advindas de um conjunto de representações sociais. Muitas mulheres são independentes economicamente, algumas delas são ou foram em algum momento de suas vidas as principais provedoras do lar. No entanto, a autora nos mostra que

A independência econômica feminina não representou o término das desigualdades entre homens e mulheres porque elas não se resumem à esfera econômica e material. Estão presentes na cultura, nas idéias, nos símbolos, na linguagem, no imaginário; enfim, formam um conjunto de representações sociais que impregnam as relações (p. 563).

Sendo assim, podemos compreender que os espaços de resistência convivem com os espaços de persistências, na medida em que os percursos de vida das mulheres trazem elementos que simbolizam diferenciais entre as atribuições femininas e masculinas que não se alteram tão facilmente, uma vez que as práticas são incorporadas enquanto *habitus*, conforme apontado no item introdutório deste capítulo.

As persistências das situações de subjugações femininas ficam perceptíveis nos casos de violência, sejam elas físicas, simbólicas, sutis ou grosseiras. Durante a pesquisa de campo ouvimos diferentes relatos sobre o uso da força física pelos pais, maridos e namorados das mulheres. Moreira et al. (1992) nos mostram que a violência pode ser entendida como

toda e qualquer ação que torna o outro coisa, objeto desprovido de desejo, de autonomia, de auto-determinação. (...) Essa lógica é tão profundamente internalizada pelos sujeitos que faz as relações de violência de homens contra mulheres parecerem natural, modelo próprio e intrínseco das relações entre os sexos (MOREIRA et AL., 1992, p. 176).

Para Saffioti (2004), as diferentes formas de uso da violência têm parte de suas origens nos incentivos da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres (SAFFIOTI, 2004), e isso implica, muitas vezes, em considerá-las como seres prontos a atender os mais diferentes desejos e necessidades masculinas. As variadas formas de violência – física, sexual, emocional e moral – a que as mulheres são submetidas cotidianamente não ocorrem de forma isolada.

Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de *violência de gênero*, e mais especificamente *intrafamiliar* e *doméstica*, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o *destino de gênero* traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência (SAFFIOTI, 2004, p. 75).



Para a autora, o que acontece é a aceitação das situações de rompimento dos diferentes tipos de integridade como um fato que não deve ser questionado.

As formas de violência não se revelam somente por meio de agressões, mas também dos gestos, impedimentos e discursos que permeiam a vida social, independente do grupo social, pois entendemos que as relações de gênero se dão em conjunto com as relações de classe e raça/etnia. Os discursos e as práticas expressam as formas diferenciadas dos *habitus* que os agentes sociais incorporam ao longo de suas trajetórias.

O conceito de *micropoderes* proposto por Foucault (1984) nos ajuda a compreender de que forma se dão os diferentes níveis de introjeção de modos de vida que são construídos e entendidos enquanto *regimes de verdade* presentes na sociedade. Por regime de verdade, entende-se:

Os tipos de discurso que [a sociedade] acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1984, p. 12)

É assim que os conteúdos e as informações que subjugam as mulheres são produzidos e transmitidos de diferentes formas nos níveis institucionalizados ou não, tais como o sistema escolar e os meios de comunicação (Ibid., p. 13). As introjeções dos conteúdos influenciam no exercício de poderes que envolvem as relações de gênero em seu âmbito direto e indireto.

Foucault (1984) desenvolve ainda a idéia da *microfísica do poder*, que diz respeito a um deslocamento do espaço da análise e também do nível em que esta se efetua. Isso implica em considerar os procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo por meio de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. São poderes que se exercem em vários níveis e pontos da rede social, podendo ou não ter vínculos com o Estado. Assim, para o autor, o poder se exerce não apenas como poder repressor, mas também como poder normativo. O poder repressor se utiliza da violência física e é mais direto. O segundo é mais sutil e lança mão do discurso para impedir a atuação e participação direta dos dominados (FOUCAULT, 1984). Isso nos leva à compreensão do fato de que as mulheres muitas vezes se punem em relação a suas atitudes, como nas formas de se sentar, o que falar na frente de determinadas pessoas.

As considerações de Foucault nos fornecem importantes referenciais para entender que o grupo das mulheres não são apenas vítimas passivas dos homens e de um sistema que lhes impõem maneiras de ser, agir e sentir. Silva (2004) nos mostra que, no caso das mulheres que partiram das colônias para o assalariamento rural, as estratégias de recusa vão sendo construídas, ainda que as trajetórias sejam marcadas pela dominação na esfera do trabalho e no ambiente doméstico:



O processo de individualização do trabalho libertou, por um lado, as mulheres das amarras do poder do pai-marido-patrão, apesar de, por outro lado, ter aumentado as esferas da dominação, através de outros agentes como os feitores, fiscais, empreiteiros de mão-de-obra etc. Paradoxalmente, foi nos porões dessas relações de dominação/exploração de classe e gênero, que as mulheres foram construindo suas estratégias de recusa (SILVA, 2004, p. 572).

As estratégias de recusa se manifestam das mais diferentes formas: quando entram em conflito nas relações familiares, quando desfrutam da decisão da aplicação da renda familiar. Este é o caso de algumas das entrevistadas de nossa pesquisa que são beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Neste programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a mulher é eleita como a titular para o recebimento do benefício por ser representada como um membro da família que se responsabiliza pela administração do lar, aplicando a renda em benefício do grupo familiar.

Deere e León (2002), em estudos sobre os direitos à terra e propriedade na América Latina, constataram que o controle da propriedade da terra e da renda pelo homem não implica, necessariamente, em aplicação do dinheiro para o bem-estar coletivo. Ao contrário, quando a mulher tem a posse de bens, expande-se “o leque de atividades geradoras de renda em que ela pode se envolver, o que aumenta suas opções de estratégias disponíveis” (p. 40). Ou seja, as mulheres, quando controlam a renda, tendem a contribuir para a garantia de alimentação da família e o bem-estar dos filhos.

Nesta perspectiva, se entendemos que as mulheres têm poderes, mesmo que inseridas num sistema de dominação patriarcal, a temática se mostra bastante relevante, essencialmente devido a dois pontos:

1) há necessidade de denunciarmos o sistema de dominação patriarcal em toda a sua estrutura hierarquizada, desigual e subjugadora, fazendo emergir de forma crítica a subjugação da mulher dentro desta estrutura, ainda que haja brechas de atuação e transformação através da mulher como agente social; 2) a representação social acerca do poder das mulheres ainda se dá de forma preconceituosa, pré-concebida pelos ditames da dominação masculina milenar na história do ocidente. Assim, evidenciar o(s) poder(es) feminino(s) não significa anular a existência de um poder masculino e sim, uma forma de transformar a representação social acerca desta temática (NOVAES, 2001, p. 65).

Ao voltarmos nosso olhar para a situação de pesquisa encontrada no município de Ibaté, no que diz respeito ao relacionamento das mulheres e seus familiares nos diferentes âmbitos da vida social, intentamos trazer à leitora/ ao leitor elementos que possibilitem a apreensão dessas práticas cotidianas e a construção de uma outra história que não coloque as mulheres em situação de invisibilidade.



Mostramos, assim, de que forma as relações de poder se manifestam por meio de processos de violência simbólica e física, mas apresentamos também os conceitos de modo a avistar as possibilidades de rompimento com o *habitus* incorporado, mesmo compreendendo que as amarras do indivíduo à estrutura da sociedade são substanciais.

Foi possível visualizar essa situação de atuação diferenciada frente às estruturas em algumas situações de resistência: momentos em que as mulheres não aceitam o que lhes é imposto, por exemplo, quando se divorciam dos maridos após uma situação de insatisfação, mesmo sabendo que esta não é uma atitude bem vista por membros da igreja que frequentam. Ou ainda o caso de mulheres que decidem migrar para o interior de São Paulo e deixam os filhos e/ou filhas nas regiões de origem – elas convivem com a pressão advinda da idéia de que a mulher é a principal responsável pelo cuidado e educação dos filhos. O mesmo impacto não é causado quando o homem “abandona” os filhos.

Nota-se, assim, que as resistências podem ser entendidas enquanto acasos – ações individuais, mesmo que manifestada nas micro-relações – no campo dos possíveis das trajetórias marcadas por diferenças na distribuição de capital simbólico e econômico. Tais acasos podem ser compreendidos como iniciativas de derrotar a racionalidade do poder, constituindo uma visão que permita a igualdade na diferença: livre manifestação das identidades, sem constrangimentos que envolvem as relações sociais marcadas por distinções de classe, gênero e raça/etnia.

Bibliografia

DEERE, Carmen Diana & LÉON, Magdalena. *O empoderamento da mulher – Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DOMÍNGUEZ, Mariluz; OQUENDO, Luis. “Si me permiten hablar...”. *Escritos*, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje. 2, 2002, p. 51-65.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª. Ed. 1984.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. “Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos”. *Entre a virtude e o pecado*. COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. P. 171-189.

NOVAES, Elizabete David. Experiência feminina: política, sociabilidade e solidariedade na periferia. *Cadernos CERU*, Série 2, n. 12, 2001. P. 53-67.



PERROT, Michelle. “Parte II- Mulheres”. In: *OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167-231.
SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, Joan W. “Experiência”. In: *Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras*/ Org. por Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos. Florianópolis, Editora Mulheres, P. 21-55, 1999.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. V. 16, n. 2, jul/dez 1990. UFRGS. P. 5-22.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “De colona a bóia-fria”. In: *História das mulheres no Brasil*/Mary Del Priore (org.); 7. ed. – São Paulo, Contexto, 2004b, p. 554-577.